



Resumos do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia – Belém/PA – 28.09 a 01.10.2015

Acesso às políticas públicas por agricultores familiares - Estudo de caso do PDS Terra Nossa, Município de Novo Progresso, Pará.

Access to public policy of family farmers - A study of PDS Terra Nossa, municipality the Novo Progresso, Pará

NASCIMENTO, Gabriela de Cássia Santos do¹; PAULETTO, Daniela¹; SILVA, Saulo Ubiratan Pinheiro¹; SANTOS, Juliana Andressa Costa dos¹; MOTA, Cléo Gomes²

1 Universidade Federal do Oeste do Pará, danielapauletto@hotmail.com; 2 Instituto Socioambiental Flora Nativa, motacleo@hotmail.com

Resumo

Este trabalho foi realizado no Município de Novo Progresso e objetivou avaliar a influência do acesso às políticas públicas e benefícios recebidos na permanência de agricultores familiares no PDS Terra Nossa. Foram aplicados in loco questionários a 22 produtores do assentamento. Observou-se que a maioria (59%) está listada na Relação de Beneficiários (RB) enquanto que 27% possui apenas documento de compra e 14% estão como posseiros do lote tendo ocupado o mesmo pela ausência ou anuência do beneficiário oficial. Verificou-se que 50% dos entrevistados não acessam ou recebem nenhum tipo de auxílio ou benefício oficial e que apenas 27% dos entrevistados receberam os recursos do Crédito Apoio Inicial e o do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A falta de apoio técnico aliado aos conflitos territoriais e dificuldades de acesso e comercialização são os principais fatores da baixa ocupação dos lotes destinados a reforma agrária neste assentamento.

Palavras chave: Reforma agrária, assentamento; assistência técnica.

Abstract

This work was carried out in the municipality of Novo Progresso and evaluated the influence of the access to public policies and benefits received in the permanence of family farmers in the PDS Terra Nossa. They were applied on-site questionnaires to 22 producers of the settlement. It was observed that the majority (59%) is listed on the List of Beneficiaries (RB) while 27% has only purchase document and 14% are squatters as the lot having occupied the same by the absence or consent of the official beneficiary. It was found that 50% of respondents do not access or receive any official aid or benefit and only 27% of respondents received the resources of Credit Home Support and the National Rural Housing Program (PNHR). Lack of technical support coupled with territorial conflicts and difficulties of access and marketing are the mains factors of low occupancy scheduled for agrarian reform in this settlement.

Keywords: Agrarian reform; settlements; technical assistance.



Introdução

Políticas Públicas são ações norteadoras que fazem o elo entre a sociedade e o estado, formalizados através de documentos, leis, linhas de financiamento e programas. Destes, muitos não são concretizados ou validados, sendo considerado como 'Não-ação' ou omissão da parte do governo (TEIXEIRA, 2002). Entre estas políticas públicas há aquelas que foram criadas em prol do desenvolvimento dos assentamentos rurais em virtude das demandas levantadas em relação a estas áreas. Neste sentido, destaca-se a principal problemática que é reforma agrária, que é enfatizada por órgãos não governamentais, associações e outros grupos que almejam a elaboração e prática dos projetos (BARONE *et al.*, 2010). Ainda segundo BARONE *et al.* (2010), desde 1990 já haviam documentos oficiais nos quais procuravam melhorias para os assentamentos no Brasil, buscando linhas de financiamento e medidas organizacionais para desenvolvimento sustentável dos assentamentos sem, no entanto, serem de fato efetivados. Atualmente o Governo Federal apresenta uma série de programas voltados aos assentamentos rurais e aos agricultores familiares como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, entre outros, com o intuito de garantir a permanência do pequeno produtor rural no lote e incentivando o desenvolvimento rural e os modelos de produção sustentável (MDA, 2013). Neste contexto, uma das inovações no processo de implementação e desenvolvimento de assentamentos foi à criação da modalidade de assentamento ambientalmente diferenciado como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto Agroextrativista (PAEX). Segundo GUEDES (2012) em um PDS os agricultores terão uma reserva legal comum (80% da área) e deverão realizar as atividades de cultivo em áreas individuais (20% da área) levando em consideração a conservação ambiental.



Na região da Rodovia BR 163, no estado do Pará, são marcantes os conflitos sociais, principalmente em relação à posse e titulação de terras. O comércio ilegal e os mecanismos de “grilagem” ao longo da Rodovia favorece alguns grupos econômicos estabelecidos na região. Com o fortalecimento da agricultura empresarial, da expansão madeireira e da atividade garimpeira na região ocorreu um aumento do desmatamento e da violência no campo (OLIVEIRA *et al.* 2005; MARGARIT, 2013). Neste contexto, uma das estratégias do Governo Federal foi a criação do PDS Terra Nossa no ano 2006 (Portaria/INCRA N.3 de 06 de junho de 2006) para o assentamento de 1000 unidades agrícolas familiares em 149.842,4738 ha. Posteriormente a área do projeto foi alterada (Retificação/Diário Oficial da União/13 de março de 2015) para 20.081,0014 ha com a previsão de 373 unidades familiares beneficiárias. Assim, este estudo buscou avaliar a influência do acesso às políticas públicas e benefícios recebidos na permanência de agricultores familiares no PDS Terra Nossa.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido no PDS Terra Nossa localizado as margens da Rodovia BR 163 a cerca de 90 km da sede municipal de Novo Progresso. Em virtude da criação do assentamento ter ocorrido sobre áreas onde estavam estabelecidas fazendas com predominância de atividade bovina os lotes recebidos pelos assentados tem dominância de extensões de pastagens e de áreas alteradas. Para a coleta de dados foram aplicados questionários *in loco* nas datas de 18/02/15 a 27/02/15, a um número de 22 assentados em forma de entrevista pessoal, com caráter qualitativo. A aplicação do questionário visou obter informações sobre os programas e políticas do Governo Federal que são acessados pelos produtores; quais as ações da Prefeitura Municipal e periodicidade e efetividade da atuação de órgãos de assistência técnica. Além disso também foi avaliado a situação de cada agricultor familiar em relação a comercialização de produtos para programas governamentais como PAA ou PNAE e a situação documental em relação a terra.



Resultados

Verificou-se junto a lideranças e agentes de saúde que atuam no assentamento somente 161 famílias estão efetivamente assentadas na área exercendo moradia e algum tipo de cultivo da terra, sendo que destas, muitas estão em situação irregular (posse ou compra) quanto ao lote, esperando que ações de regularização fundiária e revisão ocupacional. Em virtude da baixa ocupação dos lotes (161 famílias residentes x 373 famílias beneficiárias) no PDS Terra Nossa tem-se como principal hipótese que a falta de apoio técnico aliado aos conflitos territoriais e dificuldades de acesso e comercialização sejam os principais propulsores da baixa ocupação dos lotes destinados a reforma agrária neste assentamento.

Entre os produtores entrevistados observou-se que a maioria (59%) está listada na Relação de Beneficiários (RB) enquanto que 27% possui apenas documento de compra e 14% estão como posseiros do lote tendo ocupado o mesmo pela ausência ou anuência do beneficiário oficial. Ressalta-se que segundo as normativas do INCRA é proibido a comercialização, arrendamento, aluguel, empréstimos ou cessão do lote recebido a outro agricultor. Em relação a organização social observou-se que no PDS Terra Nossa há uma grande fragmentação de instituições representativas sendo verificadas no assentamento 4 (quatro) Associações e 2 (dois) Sindicatos. Apesar disso, não foi observada nenhuma Cooperativa ou organismo similar com a função de promover a comercialização da produção.

Em relação aos benefícios oficiais ofertados pelo INCRA verificou-se que apesar da maioria dos assentados estar listados em RB apenas 27% dos entrevistados receberam os recursos do Crédito Apoio Inicial e o do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) para compra de implementos agrícolas e construção da casa em alvenaria (Figura 1). Uma porcentagem menor (23%) dos agricultores receberam apenas o o Crédito Apoio Inicial no valor de R\$ 3.200,00 enquanto que

os demais produtores (50%) não obtiveram nenhum tipo de auxílio oficial pelo INCRA onde as principais justificativas são que há produtores que entraram no assentamento depois do benefício ter sido fornecido, e a outra é que há muitos produtores que estão em situação irregular junto ao INCRA.

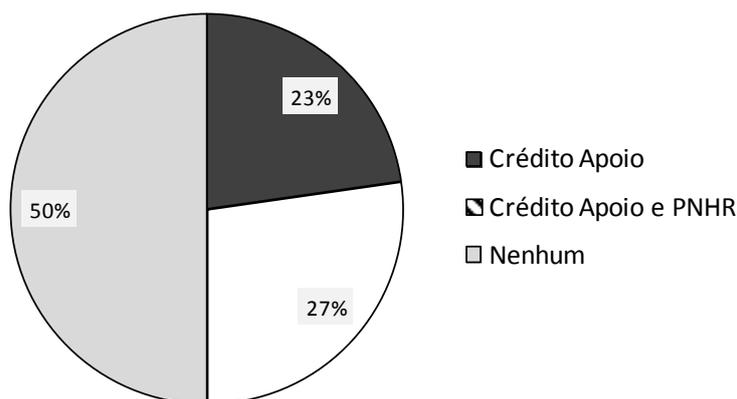


Figura 1. Porcentagem de produtores rurais do PDS Terra Nossa beneficiados com apoios institucionais do Incra no período de 2006 a 2014.

Em virtude da baixa efetividade e acesso a políticas públicas por parte do órgão gestor do assentamento percebe-se a necessidade de fortalecimento de parcerias com órgãos com atuação local. Assim, na tentativa de identificar os principais fatores que determinam a permanência nos lotes verificou-se não há assistência técnica por parte da Emater em virtude da ausência de contrato formalizado para execução da atividade junto ao Incra. Ainda, notou-se que atualmente o apoio técnico e financeiro para implantação de sistemas agroflorestais executado pela do Projeto Horizonte Verde é o principal forma de assistência técnica que os agricultores familiares dispõem. Este apoio é feito por entidade privada com financiamento do Programa Petrobras Ambiental e abrange 21 dos 22 produtores entrevistados. Em destaque está também a Prefeitura de Novo Progresso, através da Secretaria de Agricultura, com a oferta de capacitações sobre Piscicultura (7 produtores) e o Serviço Florestal Brasileiro com cursos sobre manejo florestal e organização social (3 produtores). Já a Ceplac destaca-se na distribuição de sementes de cacau (5 produtores) o que, no entanto, não significou eficiência no plantio pela ausência de assistência técnica.



Conclusão

Ainda há uma carência de implantação de políticas públicas no PDS Terra Nossa principalmente no que se refere à revisão ocupacional dos assentados. A falta de apoio técnico aliado aos conflitos territoriais e dificuldades de acesso e comercialização são os principais fatores da baixa ocupação dos lotes destinados a reforma agrária neste assentamento. Conclui-se que a permanência dos agricultores familiares neste assentamento está ligada ao interesse no cultivo da terra e aos auxílios e benefícios recebidos por órgãos locais e privados do que pelo acesso a políticas públicas específicas para assentamentos rurais.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com apoio financeiro e logístico do Projeto Horizonte Verde. Ressalta-se o apoio fundamental do técnico florestal Jaison da Silva e a colaboração dos agricultores familiares na realização deste trabalho.

Referências

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. B., ALMEIDA, L. M.-**Políticas públicas para os assentamentos rurais: Recorrências e contrapontos a partir do estudo em duas Regiões do estado de São Paulo**- SOBER- São Paulo- 2010.

GUEDES, Carlos. **Assentamentos podem ser sustentáveis**- IPAM- 2012- Disponível em: <http://www.ipam.org.br/revista/Carlos-Guedes-Assentamentos-podem-ser-sustentaveis/445>. Acesso em: 08 de abril 2015.

MARGARIT, Eduardo. **O processo de ocupação do espaço ao longo da br-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da Amazônia durante o governo militar**. UFMT, V.06, N. 01, Pg. 12-31 12-2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO- **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. Outubro de 2013.

OLIVEIRA, A. U.; OLIVEIRA, B. C.; FEARNside, P. M.; ARAGÃO, J.; ORRICO, R.; ROCHA, J.; FIGUEIREDO, W.; FILHO, A. C.; JÚNIOR, J. A.; TORRES, M. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília:CNPq, 2005.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA-2002.